



CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA
ESTADO DE SÃO PAULO

| | | |
|---|--|---|
| Identificação da Norma LEI ORDINÁRIA Nº 2191/1986 | | |
| Ementa DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE AUXÍLIO-MORADIA AOS JUÍZES DE DIREITO, PROMOTORES PÚBLICOS E DELEGADOS DA COMARCA DE INDAIATUBA. | | |
| Data da Norma 21/01/1986 | Data de Publicação | Veículo de Publicação |
| Status de Vigência Revogada | | |
| Histórico de Alterações | | |
| Data da Norma 23/04/1992 | Norma Relacionada Lei Ordinária nº 2801/1992 | Efeito da Norma Relacionada Revogada pela |



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

LEI 2191/1986

Fls. 2/2

ESTADO DE SÃO PAULO

Governo Eng.º José Carlos Tonin

LEI Nº 2.191 DE 21 DE JANEIRO DE 1.986

"Dispõe sobre a concessão de auxílio-moradia aos Juizes de Direito, Promotores Públicos e Delegados da Comarca de Indaiatuba".

O ENGº JOSÉ CARLOS TONIN, Prefeito do Município de Indaiatuba, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei,

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder mensalmente, aos Juizes de Direito, Promotores Públicos e Delegados da Comarca de Indaiatuba, um auxílio-moradia correspondente a 2 (dois) Valores de Referência.

§ 1º - Valor de Referência, para os efeitos desta Lei, é o fixado pelo Governo da União com base no artigo 2º da Lei Federal nº 6.205 de 29 de abril de 1.975.

§ 2º - As autoridades mencionadas na lei que disponham de casa própria ou imóvel de sua propriedade locado a terceiros, estão excluídos dos benefícios desta lei.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Lei Nº 2020 de 06 de dezembro de 1.983.

Prefeitura Municipal de Indaiatuba, aos 21 de janeiro de 1.986.

ENGº JOSÉ CARLOS TONIN
PREFEITO MUNICIPAL



COPIA
Sua